

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 12

# UNIVERSIDADE



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1990

da Sociedade. E de tal modo isso é evidente que chega por vezes a formular juízos éticos ou corporativos relativamente a determinados casos (por exemplo a suspensão dos lentes de Direito ou a desanexação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ocorridos em 1919), sem, no entanto, procurar explicá-los através de análises profundas e polifacetadas.

Mas — como tenho dito — não é justo ser demasiado crítico em relação a obras como esta, que se assume como «Alguns Apontamentos». De qualquer forma — insistimos — é pena que J. Ferreira Gomes não tenha feito deste livro uma grande obra historiográfica. Bastaria para isso completar a pesquisa fundamental que foi realizada com algumas investigações complementares (por exemplo a leitura dos vários jornais académicos, dado que parece só quase ter-se limitado à consulta do *O Imparcial*, pertencente ao Movimento Católico do C.A.D.C.), bastaria fazer cortes sistemáticos de análise sobre temas específicos (as relações entre a Universidade e o Poder, o problema da autonomia, as posições de estudantes e mestres relativamente ao governo e às ideias e políticas republicanas, em atitudes de apoio ou de confronto, o sentido das reformas no contexto das grandes posições internacionais sobre a questão da «Instituição Pública»), bastaria criar uma forma de comunicação mais desembaraçada e menos académica e procurar interpretar as realidades afastando de vez o tom narrativo e transcrito, onde por vezes se surpreendem juízos de «história tribunal»...

Todavia, a obra de Ferreira Gomes é um marco na historiografia da Universidade do período republicano neste ano do Centenário. Não mais se poderá passar sem ela...

*Luís Reis Torgal*

Sérgio Campos Matos, *História, mitologia, imaginário nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, 254 pp.

A história da história, o ensino da história, a memória histórica, a história e a ideologia têm sido temáticas muito em voga, objecto de reflexão de figuras da historiografia europeia. Nomes como os de Marc Ferro, Carbonell e Suzanne Citron em França, ou entre nós de Reis Torgal (*História e Ideologia*) e Filomena Mónica (*Educação no Portugal salazarista*) têm dedicado particular atenção a esta problemática que procura desvendar o sentido profundo do discurso pedagógico e mais concretamente do ensino da história.

Muito se tem escrito sobre a crise do ensino, sobre o estatismo da escola, sobre a arquitectura dos currículos, sobre os saberes tão di-

vorciados da complexidade do mundo real. Avançam-se reformas, confrontam-se opiniões, multiplicam-se as escolas, reanimam-se centros culturais, mas continua penoso e inseguro o caminho na busca da modernidade, da identificação da educação com a própria vida, da afirmação de um humanismo que se pretende em constante renovação.

Em Portugal, numa altura em que se lança uma reforma educativa, em que se repensam os currículos, em que se alteram programas, em que se redefinem sistemas de formação de professores a obra *História, Mitologia e Imaginário* de Sérgio Campos Matos, editada pelos Livros Horizonte, é de grande actualidade. Trata-se de uma séria reflexão sobre a problemática em termos culturais, ideológicos e pedagógicos das reformas do ensino liceal havidas entre 1895 e 1939. São desenhadas ainda as grandes linhas do discurso pedagógico, os fundamentos das filosofias de ensino, o sentido dos nacionalismos, a simbologia das representações da nação e de algumas figuras históricas, abrindo novas perspectivas para a leitura da nossa realidade educativa. Ontem como hoje, essas transformações do nosso mundo educativo, ao receberem forte influência dos modelos estrangeiros, ignoram ou preferem ignorar o conhecimento profundo da nossa realidade histórica.

Campos Matos, recorrendo à análise da legislação, dos relatórios dos planos de estudo e particularmente dos numerosos manuais publicados entre as reformas de Jaime Moniz (1895) e de Carneiro Pacheco (1939) consegue transmitir uma imagem sugestiva do que foi, entre nós, o ensino da história, quais as suas grandes metas, quais algumas das suas linhas metodológicas e a sua interligação com diferentes concepções epistemológicas. Embora não se debruçando sobre um problema importante no campo teórico, o binómio História ciência — História docência, dá à sua mensagem um forte sentido problematizador. O estudo debruça-se ainda sobre a memória histórica, sobre os porquês e as consequências da sua perda, do relacionamento deste fenómeno com o modo de ensinar a História que, na expressão caricatural de Oliveira Martins, se reduzia a «catalogar e introduzir nas cabeças juvenis sóis indegestos de factos sem nexo...».

Estuda-se o ensino da História, a importância que lhe foi atribuída nas diferentes reformas, pondo-se a descoberto um denominador comum — os valores nacionalistas. É pena que a obra não dê uma visão da integração e relacionamento da História com as outras disciplinas curriculares em reformas que foram, de um modo geral, marcadas por um pendor humanístico, centradas no professor, alicerçadas numa metodologia denominada pelo verbo, conducente a um selectivismo, dadas as características do corpo escolar.

O estudo da reforma de Alfredo Magalhães, no governo de Sidónio Pais, revela a sua importância, o seu significado como pólo trans-

formador do espírito nacional, o seu sentido pedagógico inovador. Foi uma reforma que procurou dar corpo a um novo sistema de ensino, receptiva aos ecos e correntes psico-pedagógicas então em voga nos países europeus mais avançados. A metodologia apontada para o ensino da História parte de pressupostos ligados à motivação, ao interesse dos alunos, às suas capacidades, à sua maturação. Os seus dois grandes objectivos, sempre pertinentes e actuais, visavam a compreensão e solidariedade dos povos e o aprofundamento da história local como meio de desenvolver o espírito regionalista e municipalista.

Outras reformas como a de Cordeiro Ramos, de menor proporção, afirmam a necessidade de desenvolver o sentimento de solidariedade nacional. Com a de Carneiro Pacheco, de 1936, em plena fase de ascensão do Estado Novo, o ensino secundário é substancialmente remodelado, apontando como grande meta a formação de uma mentalidade corporativa e a afirmação do espírito de unidade nacional. O programa de História, de sabor enciclopédico, factual, político e militar procurava levar à inteligibilidade da sociedade contemporânea e dos seus valores e à compreensão da missão histórica portuguesa marcada pelo ideal cristão. Apesar do seu carácter narrativo o programa afirmava querer atingir estes e outros objectivos, através de uma pedagogia activa, atenta ao nível etário dos alunos, aos seus interesses, procurando desenvolver a sua capacidade de interpretação dos factos. Recorre às técnicas audiovisuais como suporte das novas metodologias que tentam evitar aulas exclusivamente expositivas. Sugere-se a utilização dos métodos indutivo e regressivo. Apesar das sugestões, o seu ensino continuava a ser descritivo, intelectualista, livresco e formal, buscando uma objectividade, cujo conteúdo tantas vezes se esvaíava por a história não ser problematizadora, interpretativa e sociológica. Uma leitura mais cuidada dos conteúdos programáticos desta disciplina revela-nos o objectivo de glorificar o poder e perpetuar a sua memória. Os temas são desenvolvidos à volta das grandes figuras nacionais, preparando subtilmente o culto do chefe. Tudo o que pode desviar destes princípios é subalternizado ou omitido, como acontece com as matérias relativas à proliferação das ideias liberais na Europa ou ao socialismo.

A reforma de Carneiro Pacheco tem de ser entendida como um todo, como um corpo doutrinário, onde as disciplinas e as actividades circum-escolares se interligam à volta da trilogia Deus, Pátria e Família, ou seja, da formação moral e patriótica do aluno.

Campos Matos faz também a análise dos manuais escolares, sem dúvida um ponto de particular interesse para os professores dos ensinos Preparatório e Secundário que no seu dia a dia se vêem confrontados com a sua utilização. Abre perspectivas para a nova leitura, para uma descodificação do discurso dos manuais, marcados pela interpre-

tação dos programas, pela captação dos seus valores ideológicos e mentais, pelas perspectivas epistemológicas subjacentes à sua construção, pelas concepções pedagógico-didáticas à volta do ser que se pretende transformar e enriquecer. No fundo é um pôr em questão esse «saber acabado», esse discurso universal e absoluto na 3.<sup>a</sup> pessoa que parece relatar factos com realismo, mas que selecciona com mais ou menos subtileza as informações omitindo tudo o que possa desviar da linha ideológica traçada. Esta situação é mais evidente quando se trata do livro único obrigatório, imposto pelo Poder. A verdade é a que convém à Nação, as personagens serão apresentadas como heróis da Pátria ou inimigos do interesse nacional. Estamos perante uma *não-história* como sublinha Michel Certeau.

Mas quais serão os efeitos da mensagem? É curiosa a reflexão de Campos Matos que se interroga sobre a sua eficácia. Na verdade, sempre houve professores criativos, inconformados, que mesmo em circunstâncias adversas souberam «dar a volta», apelar para outras faces da realidade, não se deixando cair em metodologias redutoras, dando à mensagem um sentido problematizador. Conhecer a força da mensagem é um campo muito difícil de desbravar, implicaria um debruçar, por exemplo, sobre os livros de sumários, sobre cadernos diários, exercícios, pontos colectivos elaborados nas escolas, pontos de exame a nível nacional, relatórios da inspecção, etc.

Um outro ponto que me parece particularmente interessante nesta obra é a análise da linguagem, quer no que diz respeito à utilização de formas verbais, quer em relação às técnicas narrativas. As exemplificações extraídas de diferentes manuais são sugestivas. Por exemplo, o estudo dos verbos utilizados por Mattoso no manual, por onde estudaram muitas gerações de portugueses, leva a curiosas conclusões. Assim, quando pretende realçar o carácter negativo da acção de Pombal utiliza o Presente Histórico, mas quando pretende diminuir o impacto das suas reformas pedagógicas aplica o Pretérito Perfeito em conjugação reflexa («fundou-se o Real Colégio dos Nobres, promulgaram-se os estatutos da Universidade de Coimbra»). São expressivas, a utilização de metáforas «a febre das conquistas fez esmorecer e definhar a agricultura» ou de hipérboles para denegrir figuras como Mouzinho da Silveira «nos nove meses em que foi ministro do Imperador do Brasil, pôs Portugal do avesso».

Um outro aspecto, merecedor de uma leitura atenta, diz respeito ao discurso imagético, complementar do verbal. Entre nós, por razões técnicas, a imagem teve pouca utilização. O Ministério da Educação, já no período do Estado Novo, compreendeu a sua importância e alcance; daí ter estabelecido regras na elaboração dos manuais. As palavras deviam obedecer à «verdade historiográfica», nada das «ficções» utilizadas nos manuais republicanos. Era preciso desenvolver a místi-

ca do chefe promovendo o culto dos grandes homens. A sua imagem era importante, tinha de se ter em conta as suas características iconográficas devidamente sublinhadas pela legenda. Não era indiferente que a figura de Nuno Álvares Pereira aparecesse de forma mística para exaltar o seu amor a Deus e à Pátria ou no seu traje de guerreiro apenas como herói de espada.

Também a problemática da mitologia nacional que, na expressão de Marc Ferro, «é uma condição de sobrevivência da comunidade nacional» é aqui tratada. A análise dos conceitos de progresso e decadência, o papel dos heróis e anti-heróis parece-nos importante e merecedor da leitura atenta de quem tem a tarefa de ensinar. Na realidade o professor de História que utiliza os manuais como um instrumento didáctico importante, que reconhece que eles constituem a base essencial da memória histórica veiculada pela escola, para não correr o risco de se deixar manietar, precisa de uma vigorosa formação científica para mais facilmente se distanciar das suas distorções ou omissões. Por exemplo, nos manuais liberais a decadência começa com D. João III estendendo-se por três longos séculos, apenas com um período de excepção, o pombalino. Por seu turno, os do Estado Novo assinalaram como períodos de decadência o filipino, o pombalino, e o liberal.

O nacionalismo que aparece com cambiantes diversos nos programas de 1895, 1918 e 1936 é também analisado quer na sua relação com o culto dos heróis, quer na sua conexão com acontecimentos como o Ultimatum inglês de 1890, com a Grande Guerra e com a Guerra Civil Espanhola.

Pareceu-nos muito importante a análise feita por Campos Matos das interpretações de figuras míticas como D. João III, D. Sebastião ou Marquês de Pombal, aliás na esteira da obra *História e Ideologia* do Prof. Reis Torgal que aí analisou a controvérsia à volta de temas como da Restauração, Inquisição e Revolução Francesa.

Em conclusão estamos perante um livro de leitura agradável que pelo vigor das análises, pela força das suas interpretações ajuda particularmente o professor e o aluno universitário a questionar-se sobre o sentido mais profundo da mensagem pedagógica.

*António Augusto Simões Rodrigues*